



## Seccionais denunciam “golpe da ação coletiva” contra advogados

Advogados de diversos estados têm recebido ligações de pessoas se passando por trabalhadores da construção civil, ou intermediários de grupos desses empregados, para enganar os profissionais em um golpe que tem como mote uma possível ação coletiva contra a Odebrecht.

O objetivo é tirar dinheiro dos advogados com a cobrança de supostos custos operacionais de reuniões com os trabalhadores — como aluguel de salões, por exemplo. Há registros da tentativa de golpe no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba e Espírito Santo. O caso mais recente aconteceu no Distrito Federal.

Segundo contou a advogada que fez a denúncia à OAB-DF, ela foi contatada por um suposto colega de profissão para fazer uma parceria em ações envolvendo a Odebrecht. Foi relatado a ela que empregados da empreiteira foram demitidos sem justa causa e que seriam movidas 1,8 mil ações trabalhistas por conta disso.

O golpista disse que cada empregado demitido pagaria R\$ 950 pelo ajuizamento das ações. Na história apresentada à advogada, todos envolvidos trabalhavam no DF, mas moravam em cidades do Paraná e, por causa disso, seria necessário que a profissional fosse até o estado para atendê-los.

Esse representante disse ainda que alugaria um salão e um ônibus, a serem pagos pelo escritório de advocacia, para atender os trabalhadores e levá-los até a advogada. O golpe só foi descoberto depois que a advogada começou a perguntar quais eram os nomes das obras da Odebrecht no DF e a pessoa do outro lado da linha não soube responder.

### Mesma história

Em maio de 2015, uma tentativa semelhante aconteceu no Rio de Janeiro. Uma advogada contou que seu escritório foi procurado por uma pessoa que se identificou como ex-funcionário da Odebrecht que trabalhou em obras para as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

De acordo com a história contada pelo golpista, ele e outros 400 operários teriam sido demitidos três meses antes sem receber as rescisões e retornaram para a cidade de origem, Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo.

Na história, ele contou que os ex-funcionários pretendiam contratar um escritório no Rio de Janeiro para acionar a Odebrecht na Justiça do Trabalho. Ele afirmou na ligação que os futuros litigantes eram pessoas "humildes" e pediu que advogada fosse até Cachoeiro de Itapemirim e custeasse os custos da locação de um salão para a reunião.

Como todos os fatos pareciam rotineiros, a advogada aceitou a proposta. Tempos depois recebeu uma conta no nome de Marcos de Rezende para que depositasse R\$ 400, que seria o valor de aluguel do salão escolhido para a reunião. A advogada só não concluiu a transferência porque não tinha o número do CPF do titular da conta.



Depois de várias tentativas de obter o número, a advogada passou a desconfiar da história e pesquisou a agência bancária, descobrindo que a unidade bancária estava situada no Paraná, e não no Espírito Santo. À época, a profissional informou a seccional fluminense da OAB e descobriu que casos similares já tinham ocorrido em São Paulo, Minas Gerais, Sergipe e Paraíba.

No mesmo período, outra tentativa ocorreu no Espírito Santo. A OAB-ES foi alertada que uma pessoa que se identificava como Danilo oferecia 1,5 mil pessoas para entrar em ação contra a Odebrecht. Cada reclamante pagaria R\$ 800 mais 30% do que viesse a receber, sendo que ele ficaria com R\$ 150,00 da entrada da pessoa, mais 5% dos honorários finais. *Com informações das assessorias de imprensa da OAB-DF e OAB-RJ.*

**Date Created**

24/01/2017